

## SOBRE O PAPEL DO ESTADO: DIÁLOGO COM A CRÍTICA AO NEOLIBERALISMO DE NOAM CHOMSKY

### ON THE ROLE OF THE STATE: DIALOG WITH NOAM CHOMSKY'S CRITICS TO NEOLIBERALISM

**ROBERTO BUENO<sup>1</sup>**

**RESUMO:** No momento em que recrudescer o debate sobre o papel do Estado após a recente crise econômica mundial propomos este breve artigo como um momento inicial para analisar alguns dos problemas que daí emergem a partir do referencial teórico de um dos mais ácidos críticos ao neoliberalismo, Noam Chomsky, em seu livro *O lucro ou as pessoas*. A ideia geral que perpassa este artigo é a de realizar uma aproximação analítica do conteúdo tratado pelo autor através de diálogo com pensadores liberais. Este artigo é apenas uma análise preliminar que demanda aprofundamento em diversos tópicos. Neste ponto aparecem alguns aspectos que nos aproximam de Chomsky e outros caracterizadores de profundos desacordos com o autor. Neste momento procuraremos expor motivos bem ordenados destas divergências de fundo com um dos pensadores mais influentes da esquerda norte-americana e sério crítico do liberalismo, da globalização e suas estruturas de poder que servem parcialmente para a elaboração de discursos autôctones e críticas teóricas contra o pensamento liberal.

**Palavras-chave:** neoliberalismo, Chomsky, política internacional.

**ABSTRACT:** In the moment which are increasingly the debate on the role of the state behind the late world economic depression we offer this short article as an starting point to analyse some problems which emerges since the theoretical references from one of more strongest critics to neoliberalism, Noam Chomsky, in his book *Profit over People*. The main idea in this article is to realize an analitical approach to the contents which was studied by the author behind his dialog with liberal thinkers. This article is no more than an introductory analisis which asks to become deeper in many topics. At this point appears some shapes which approximate he from Chomsky as well others in which I maintain deeply disagreement with the author. At this moment we will try to expose well ordered reasons of these disagreements with one of the most influently left thinkers in USA and serious critico of liberalism, globalization and its structures which are partially used to the improvement of the discourses autochthon and theoretical critics against the liberal thought.

**Key words:** Neoliberalism, Chomsky, international politics.

**Sumário:** 1 Um problema metodológico - 2 As críticas ao neoliberalismo - 3 A questão epistemológica e o sucesso do capitalismo - 4 *O Consenso de Washington*: mitos e falácias da arquitetura de uma dominação mundial anunciada - 5 A política internacional e as funções de inteligência - 6 O lucro ou as pessoas? - Considerações finais - Referências.

---

<sup>1</sup> Professor Assistente II da Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Teoria do Estado e Filosofia do Direito (Univem / SP), Especialista em Ciência Política e Direito Constitucional pelo Centro de Estudios Constitucionales de Madrid. E-mail: rbueno\_@hotmail.com

## 1 UM PROBLEMA METODOLÓGICO

A obra *O lucro ou as pessoas?* (1994) de Chomsky é um conjunto de palestras, conferências e artigos que publicou no decorrer de um determinado espaço temporal em situações diversas que incluem trabalhos quanto uma publicados na América Latina bem como uma palestra dirigida para um público ávido por ouvir falar de liberdades e dominação na África do Sul, na Universidade de Cape Town, em 1997, ainda sob a sombra de todas as dores dos tristes anos do Apartheid. Como se depreende a publicação não goza de unidade e sistematização.

Esta característica da obra parece impor-lhe algumas dificuldades de argumentação inerentes a sua estruturação, muito embora, é certo, uma revisão criteriosa pudesse ter sanado muitos destes problemas especialmente abundantes no primeiro capítulo deste sentido. A primeira destas dificuldades é de ordem metodológica e parece realmente importante. Em muitos trechos o autor não faz as necessárias referências dos argumentos que aduz, nem do ponto de vista bibliográfico nem, em outros casos, de estatísticas para fundamentar as conclusões que pretende extrair de certas análises que realiza. Este primeiro aspecto representa, a nosso ver, um grave problema na obra de Chomsky que, quiçá, em parte se deva à estrutura de palestras e artigos despreziosamente publicados em uma versão original não pensada para ser transformada em livro. De qualquer sorte, boa parte de sua crítica ao liberalismo mostra-se desprovida de mínima solidez com repercussões na sua apropriação por discursos autóctones de mesmo propósito ideológico.

Ainda do ponto de vista epistemológico parece que Chomsky comete outras impropriedades em seu livro. Em um destes momentos questiona se seria possível identificar fatores causais que explicassem as diferenças econômicas que se mantêm ou aumentam entre os países do Primeiro e os do Terceiro Mundo (CHOMSKY, 1994, p. 32). Esta proposição do autor parece-nos amplamente fora do contexto da moderna epistemologia das ciências sociais que rechaça veementemente as diversas formas de determinismos. Isto sim, a perspectiva dominante consagra a posição de que os eventos sociais são derivados de múltiplas e indetermináveis - tanto hierárquica quanto quantitativamente - causas, sendo impossível é a avaliação de quais delas intervém e colaboram para a causação de uma determinada resultado assim como qual o peso de cada um deles.

## 2 AS CRÍTICAS AO NEOLIBERALISMO

As críticas ao neoliberalismo são apresentadas por Chomsky como verdadeiro paradigma explicativo das instituições políticas e econômicas de nosso tempo que, desta forma se mostraria apta para explicar a Ordem Global. A rigor, este constituirá o eixo que perpassa todos os artigos que compõe o livro de Chomsky em questão. O autor toma como *starting point* de suas críticas não exatamente os clássicos liberais, embora os cite pontualmente e sem entrar em debates teóricos<sup>2</sup>, mas, antes, nos anos Reagan e Thatcher, respectivamente, tradutores políticos da concepção teórica do neoliberalismo de homens como Friedrich August von Hayek (1899-1992) e do nova-iorquino Milton Friedman<sup>3</sup> (1912-2006), legítimos representantes das escolas de Chicago e Viena, precedidos por von Mises (1881-1973).<sup>4</sup>

Chomsky convida o leitor a trilhar caminho crítico ao neoliberalismo a partir de pressupostos consolidados, não críticos, sobre as conseqüências do neoliberalismo. Reiteradamente o autor faz referências à pobreza crescente, à fome, ao desemprego, etc., mas o lugar-comum ou, ainda mais, o convite à reafirmação de crenças daqueles que já as compartilham é o que Chomsky utiliza como razões para seu argumento. Chomsky raramente aduz dados empíricos que reforcem suas teses senão questões pontuais que dificilmente explicam a conjunta macroeconômica<sup>5</sup> global à qual pretende atacar a partir de um nexos causal impossível de ser estabelecido entre o comportamento de atores privados esparsos - mesmo quando de grandes companhias transnacionais se trate - e certas conseqüências indesejáveis em termos de políticas microeconômicas<sup>6</sup> identificadas.

---

<sup>2</sup> Este parece ser o caso de Adam Smith, pensador ao qual Chomsky atribui obviamente precedência ao pensamento liberal em matéria econômica e, que, ademais, é reverenciado como padroeiro do neoliberalismo. Contudo, e não sem alguma razão, Smith poderia ser reclamado como partícipe de tradições de pensamento ligadas a um humanismo não individualista.

<sup>3</sup> A prole de Friedman continuou a herança do patriarca através de David Friedman, seu filho, e do neto, Patrick Friedman, filho de David, ocupados com assuntos ligados ao que convencionou-se denominar de teoria anarco-capitalista, da qual Murray Rothbard (1926-1995) é outro de seus próceres. Para um exame da teoria liberal do autor ver ROTHBARD, (1989). Este último foi também economista próximo da Escola Austríaca e dedicou-se ao estudo do conceito de libertarianismo que tem um de seus eixos precisamente no combate à intervenção estatal. A partir deste conceito, vários influentes pensadores modernos terminaram por, de uma ou outra forma, aproximando-se. Um destes foi Nozick (1991), cuja concepção de mercado em muito aproxima-se do que se denomina de anarco-capitalismo.

<sup>4</sup> Para uma boa leitura de aproximação da tão rica quanto extensa obra de von Mises temos disponível excelentes comentários na obra que lhe dedica Rothbard. Ver ROTHBARD, (1988).

<sup>5</sup> É uma das divisões da ciência da Economia dedicada ao estudo, medida e observação de uma economia regional ou nacional como um todo. A macroeconomia é um dos dois pilares do estudo da economia, sendo o outro a microeconomia. Os estudos macroeconômicos tiveram seu início a partir da quebra da bolsa de Nova Iorque de 1929, sendo a primeira grande obra literária macroeconômica o livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1982), de J. M. Keynes. A Macroeconomia concentra-se no estudo do comportamento agregado de uma economia.

<sup>6</sup> A Microeconomia é definida como um problema de alocação de recursos escassos em relação a uma série possível de fins. Os esdobramentos lógicos desse problema levam ao estudo do comportamento econômico individual de consumidores e firmas bem como a distribuição da produção e rendimento entre eles. A Microeconomia é considerada a base da moderna teoria econômica, estudando suas relações fundamentais. As famílias são consideradas fornecedores de trabalho e capital, e demandantes de bens de consumo. As firmas são consideradas demandantes de trabalho e fatores de produção e fornecedoras de produtos

No âmbito de suas críticas ao neoliberalismo, por outro lado, em uma crítica igualmente sedutora mas de duvidosa performance científica, o autor aduz algumas questões pontuais, crimes comuns praticados por interesses econômicos são trazidos à consideração do leitor como exemplos da prática sistemática de violência para "assegurar a prosperidade do sistema capitalista" (CHOMSKY, 1994, p. 27). A este respeito podemos tecer, no mínimo, uma observação, a saber, de que seja qual for o sistema político, e ainda mais enquanto em perspectiva tivermos sistemas democrático-libertários,<sup>7</sup> sempre existirão homens e grupos de indivíduos dispostos a matar por motivos econômicos. Acaso seria o sistema capitalista alheio a esta prática? Não parece razoável que assim fosse.

Entre as críticas que dificilmente se sustentam nos termos propostos por Chomsky encontra-se uma passagem crítica: "As doutrinas neoliberais, independentemente do que se pense delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição da renda" (CHOMSKY, 1994, p. 36). Em um trecho com este teor o autor produz uma autêntica profissão de fé em que se desinteressa da necessidade de mostrar cientificamente as afirmações que realiza ou, ao menos, oferecer fortes indícios de que as conclusões que fornece podem ter algo de correspondência aos fatos que alega. Em suma, Chomsky os convida a colocar em segundo plano o esforço por "pensar" o neoliberalismo porque, seja lá o que pensemos a respeito, ele continuará operando em seus termos, como que por um encanto da natureza - aliás, aspecto teoricamente bastante criticado no neoliberalismo de Hayek é sua crença de que o mercado se auto-regula naturalmente de forma justa -<sup>8</sup> produz seus efeitos.

### **3 A QUESTÃO EPISTEMOLÓGICA E O SUCESSO DO CAPITALISMO**

Desde os primórdios da estruturação argumentação liberal que a escola de Viena mostrava-se proclive às futuras conexões que se estabeleceriam com o núcleo duro do pensamento econômico daquela que viria a ser conhecida como Escola de Chicago. A aproximação teórica entre ambas pode ser delineada

---

<sup>7</sup> É digno de nota assentar que os sistemas democrático-libertários tendem a oportunizar condutas que, em certos casos, encontram-se sob estrito controle em regimes políticos fechados onde, por exemplo, certos tipos de crimes encontram-se sob estrito controle e, de certa forma, sob o monopólio, do Estado.

<sup>8</sup> A este respeito ver HAYEK, (1985, vol. I, p. 40-54).

através das figuras de Hayek e Popper, por um lado, e, por outro, monetarismo liberal de Friedman.<sup>9</sup> Segundo eles o conhecimento não parece encontrar-se no mundo senão sob a esfera de uma altíssima dose de limitação. Este foi o argumento de base durante muito tempo brandido contrariamente aos planejadores dos países socialistas e todos os tipos de engenharias políticas por parte desta tríade de pensadores. Este tipo de ceticismo filosófico perduraria e se projetaria muito mais além dos embates com o socialismo até bem vencido um quartel deste século recém vencido.

Chomsky nos traz alguns exemplos de experiências econômicas bem-sucedidas do oriente, tais como Japão e Coréia do Sul, em que o nível de planejamento efetivamente não foi baixo mas, ao mesmo tempo, tampouco tivemos presente regime de liberdade. Estes são dois casos que merecem alguma atenção para que percebamos a forma de argumentação de Chomsky.

O autor nos traz o caso da Coréia do Sul como paradigma de êxito capitalista através do planejamento estatal. Nossa perspectiva é que antes da ênfase no planejamento, mais importante para o desenvolvimento econômico de foi a aplicação de uma combinação que vem sendo alvo de estudos: autoritarismo e controle da economia. Assim como a Coréia do Sul sob o regime de Syngman Rhee, autocrático e ditatorial, também outros países como o Brasil dos governos militares experimentaram avanços econômicos. Ainda assim, poderíamos mencionar um regime fechado como o soviético, tampouco mencionado por Chomsky, como um que logrou êxitos através de seus planos quinquenais no que concerne ao desenvolvimento econômico que, muito embora datado, revelou-se portador de uma insuspeitada fragilidade, posto a evidência de escassa solidez de suas bases e de toda sua cadeia produtiva e de sua própria administração burocrática. Até então em parte acobertados sob o manto de que críticas provinham de quem tentava desestabilizar o sistema e toda a revolução, a realidade dos regimes socialistas se tornaria bastante clara quando o mundo testemunhou a fragorosa derrocada dos regimes.

Além deste fator autoritário da organização destes Estados mencionados com os quais o Japão, por história e tradição cultural mantém certas afinidades,<sup>10</sup> é de sublinhar que a Coréia do Sul bem como o Japão atravessaram períodos de pós-guerra bastante complexos do ponto de vista econômico e

---

<sup>9</sup> A respeito da teoria monetarista em Friedman ver FRIEDMAN, (1992).

<sup>10</sup> É importante apontar para certas diferenças históricas que tomaram possível, e exitoso, que a ocupação norte-americana dos EUA no Japão no período posterior a Segunda Grande Guerra resultasse em um processo constitucional cujo desenho é basicamente marcado pela democracia e voltado à proteção das liberdades.

político.<sup>11</sup> Portanto, menos do que uma deliberada opção por um modelo em que o "governo assumiu a maior parcela de responsabilidade na promoção do crescimento econômico, abandonando a religião de que o mercado é quem sabe mais [...]" (CHOMSKY, 1994, p. 36), o que nos parece, em oposição ao que sustenta o autor, é que tratava-se da alternativa que lhes restava em uma ambiência política e econômica de desconfiança e de aberta falta de recursos. Em circunstâncias políticas de crise, excepcionais portanto, as medidas econômicas podem requerer ações especiais do poder público sem que isto represente uma perda de sentido de alguns princípios liberais.

De qualquer sorte, situações diversas há em que para empreendimentos pesados não há mais opção econômica do que a intervenção estatal, o que não desconstitui o princípio de que nos oponhamos a um maior grau de intervenção na economia senão em situações excepcionais como, por exemplo, aquelas atravessadas por alguns dos países aqui considerados. No caso sul-coreano, por exemplo, a alternativa era a de que o Estado interviesse em maior grau na economia algo que também incorporava toda uma tradição cultural de hierarquia e ordem. Esta visão emerge em detrimento de uma visão mais individualista de corte anglo-saxônico que, por definição, mostra-se afeita ao *modus operandi* liberal tão característico de sua forma de estrutura econômica e política.

A Coreia do Sul experimentou momentos delicados em que o governo emergiria como grande alternativa para suplantar os problemas sócio-políticos,<sup>12</sup> que logo viria a superar como nos diz Menárguez (*cf.* 2003), tais como ocorridos não apenas no Japão como também na Alemanha, nos Estados Unidos com a política expansionista do Estado rooseveltiana através do *New Deal*, na Espanha franquista,<sup>13</sup> sem pretender uma exposição exaustiva.

No caso coreano, os embates não foram poucos e delicado é o seu histórico, remetendo à guerras sino-japonesas pelo controle da península coreana em 1894-1895. A grande explosão econômica coreana ocorreu mesmo através desta combinação todavia pouco explicada entre autoritarismo e sociedade capitalista que pouco ou nada tem a ver com o cerne do argumento liberal ou

---

<sup>11</sup> Ver alguns detalhes destas circunstâncias profundamente comprometedoras do desenvolvimento na nota seguinte de número 10.

<sup>12</sup> A Coreia do Sul antes de experimentar um período de crescimento econômico elevado enfrentou uma série de guerras. Uma das mais sangrentas guerras enfrentadas pela Coreia do Sul deu-se nada menos do que passados cinco anos após o final da Segunda Grande Guerra Mundial entre 1950 e 1953. Ali o evento opôs, por vez primeira, os antigos aliados, União Soviética e Estados Unidos pela influência na Coreia, que terminaria a guerra dividida em duas nações após guerra fratricida.

<sup>13</sup> A respeito do conturbado cenário político da época franquista há obras em profusão. Dentre elas ver DÍAZ, (In: VALLESPÍN, 1997, p. 509-548). A respeito do bastante conturbado período da ditadura franquista na Espanha ver TUSSEL, (2005), RODRIGO, (2005), SALGADO-ARAUJO, (2005), PRESTON, (2004).

neoliberal, cujo núcleo argumentativo dista em muito da submissão das liberdades à interesses de pura opressão. Na Coréia do Sul o avanço econômico deu-se sob o governo autoritário dos militares chefiados pelo general Park Chung-Hee, a partir do ano de 1962. A partir de seu governo foram elaborados planos econômicos quinquenais que guardavam certa similaridade com os praticados na década de 20 e 30 pela União Soviética.

Chomsky nos apresenta uma realidade de países que se desenvolveram economicamente de forma reducionista ou unifacética, isto é, a partir da visão do planejamento mas excluindo a intervenção do modelo autoritário que, como dissemos, todavia é tema não devidamente explorado mas que sugere que podemos alcançar níveis de desenvolvimento financeiro, antes do que econômico no sentido amplo da expressão. A divisão que propomos aqui é que uma expansão econômica poderá vir desacompanhada de indicadores sociais favoráveis mas, no entanto, todavia poderá estar marcada por índices financeiros favoráveis. Por outro lado, os indicadores de expansão econômica favoráveis no sentido aqui proposto haverão de vir acompanhados de índices socio-políticos também favoráveis.

Uma das críticas chomskyanas ao neoliberalismo parece naufragar, portanto, na medida em que pretende desconectá-lo um de seus pressupostos, a saber, de que os regimes liberais pregam o sucesso econômico de modo absolutamente desvinculados da ação governamental. Em verdade, a doutrina neoliberal não se distancia desta afirmação contida implicitamente no Consenso de Washington assim como em Hayek e Friedman. Contudo, além disto, a doutrina neoliberal entende que haverá momentos cruciais, como estes de guerra ou pós-guerra como os experimentados, dentre outros, pela própria Coréia do Sul mas também por outros países como EUA, Alemanha, Itália, Espanha, França em que o Estado poderá ter de desempenhar um papel de maior importância.

Em momentos de extrema gravidade o Estado que se ocupa de tarefas máximas como a segurança tem de intervir em áreas cuja estratégia em tempos de calma não lhe tocava bem explorar mas, antes, aos particulares. Ainda quando o faça em nome da própria segurança, entendida esta em sentido amplo, o Estado virá para solventar um momento de crise extremada no qual os particulares não podem deixar de voltar-se aos recursos públicos para enfrentar problemas de organização macroeconômica que os recursos privados dos indivíduos e de muitas de suas organizações não podem em absoluto enfrentar positivamente.

O papel do Estado foi fundamental, portanto, em uma série de situações históricas em que o ambiente político encontrava-se turvo e o nível de incerteza nas relações interindividuais atingiu níveis insuportáveis. O Estado emerge nestas circunstâncias como aquele capaz de outorgar certa confiabilidade até que os termos da convivência se pacifiquem novamente e o jogo possa voltar a ser jogado com menor interferência por aqueles capazes de manifestar suas preferências de forma mais fidedigna em termos millianos.

Em outros trechos de sua obra Chomsky ocupa-se da crítica aos colonialismos de todos os matizes praticados pelos países que vieram a organizar-se sob a estrutura de economia de mercado. Assim, por exemplo, o Reino Unido em suas relações com a Índia não poderia deixar de ser alvo de sua crítica, dadas as explorações da metrópole. Isto sim, e sem descuidar dos benefícios consideráveis da política britânica para suas colônias que tiveram lugar em um contexto histórico bastante distinto daquele do triunfo dos direitos aos quais se refere Bobbio (2004),<sup>14</sup> resta alheio ao texto, por outro lado, qualquer significação no texto restam as contribuições britânicas a sua colônia.

#### **4 O CONSENSO DE WASHINGTON: MITOS E FALÁCIAS DA ARQUITETURA DE UMA DOMINAÇÃO MUNDIAL ANUNCIADA**

O *Consenso de Washington* advém no cenário argumentativo de Chomsky como verdadeira demonstração de uma articulação internacional do capital e da banca como forma de manipular e assegurar seus interesses. Em uma versão globalizada das teorias conspiracionistas, Chomsky apresenta não apenas estas teses do *Consenso de Washington* como também uma série de empresas transnacionais e outros atores, estadistas inclusive, como capazes de articular internacionalmente para reproduzir interesses. O autor entende que o *Consenso de Washington*<sup>15</sup> representa

[...] um conjunto de princípios orientados para o mercado, traçados pelo governo dos Estados Unidos e pelas instituições financeiras internacionais que ele controla e por eles mesmos implementados de formas diversas. (CHOMSKY, 1994, p. 21-22).

---

<sup>14</sup> Para comentários sobre alguns aspectos da era de triunfos dos direitos, que em algo se contrapõe às teses de Chomsky, bem como da generalidade a teoria bobbiana do direito e da política ver BUENO, (2006).

<sup>15</sup> Segundo o autor, o Consenso está constituído pelos seguintes princípios: liberalização do mercado e do sistema financeiro, pela fixação dos preços pelo mercado, pelo fim da inflação e pela privatização (cf. CHOMSKY, 1994, p. 22).

Nesta lógica de reprodução do capital de forma altamente articulada e certa Chomsky inclusive detecta a participação da grande mídia em esquemas de informação que apenas tragam a público aquilo que seja do interesse do capital. Trata-se de uma teoria conspiracionista cuja lógica, vivos e sobreviventes que somos em uma sociedade de altíssimo trânsito de informações, via internet inclusive, de difícil aceitação. Os segredos e conspirações dificilmente podem ter lugar em um mundo tão permeável como este que subjaz às informações hodiernamente. Temos à solta um projeto global e neoliberal de transplante de teses e teorias que nem mesmo o neoliberalismo na figura de um de seus próceres apoiaria, senão todo o contrário. A ver o que diz Hayek a este respeito:

[...] No todo lo que es resultado del desarrollo histórico de Occidente puede o debería trasplantarse a otras creaciones culturales. Toda civilización que bajo influencias occidentales surja finalmente en aquellos lugares, alcanzará más rápidamente forma apropiada si se le permite desarrollarse que si viene impuesta desde arriba. (HAYEK, 1982b, p. 21).

Portanto, quando sustentamos que há demasiadas críticas sobre o neoliberalismo parece que elas advém, em certos caso, de leituras insuficientes de seus autores-chave, algo que, a dizer verdade, apenas se poderia esperar de acadêmicos na acepção exata do termo, e não panfletários, cuja função social é distinta.

Voltando a Chomsky, em sua visão parece ser que vivemos em um mundo em que os autores não somos nós, mas submetidos a um grupo de desconhecidos arquitetos cuja obra recai sobre nós e nossas vidas (cf. CHOMSKY, 1994, p. 22). Acerca disto poderíamos questionar se a qualquer momento da história em sociedades complexas tivemos experiências distintas. Desde logo, uma argumentação contrafática desde gênero tampouco prova alguma coisa, exceto que não parece ser factível uma outra sociedade como a proposta por Chomsky em que os homens, mesmo em sociedades altamente complexas como as nossas tomem completamente as rédeas dos assuntos públicos.

Contudo, isto sim, acaso projetemos nossas melhores expectativas e esforços para um futuro dourado, não parece factível a possibilidade de que as crescentemente complexas sociedades possam dispor de espaço (por não falar de homens interessados no público) para que procedam à contínuas e crescentes intervenções na vida pública. Acusar o neoliberalismo desta atomização, portanto, pode representar algo a mais no tom de suas acusações

sobre uma forma de vida que, antes, nos parece opção dos indivíduos do que imposição pura e simples de quem quer que seja, ainda quando sejam estes alguns senhores da economia privada a tentar impor modos de vida que não lhes pareçam minimamente atraentes à população. Estes supostos tentáculos de domínio invejáveis ao mais lídimo representante dos leviatãs hobbesianos possuiria meios de inexoravelmente "ditar a formulação de políticas" (*Op. cit.*, p. 22).

De certa forma sempre teve razão Goldhagen (1997) quando nos dizia, a propósito de um dos mais tenebrosos momentos da história humana sobre a terra, de que a Hitler não lhe teria sido possível obter os resultados que obteve não fossem dispor de subordinados dispostos a seguir suas ordens. Não é muito distinta, embora em outro contexto, a ideia de Friedman ao sustentar analogia do mundo dos jogos com as sociedades que:

[...] Tanto nos jogos quanto na sociedade, nenhum conjunto de regras pode prevalecer, a não ser que a maioria dos participantes as obedeça durante a maior parte do tempo, sem a necessidade de sanções externas, a não ser, portanto, que exista um consenso social subjacente. (FRIEDMAN, 1988, p. 31).

Valendo-se do mesmo tipo de analogia, com a dos jogos, Hayek nos recorda que a competição que é posta como regra no mercado não garante a justiça dos resultados obtidos e nem de que o vencedor será o melhor senão que, e tão somente, é capaz de nos garantir que o triunfador haverá de ter seguido as regras do jogo para ter obtido tal posição, sob pena de ser desclassificado. A garantia, poderíamos dizer, é procedimental, conquanto o fundamento que nos aduz Hayek seja o bíblico Eclesiastes:

[...] no corresponde a los ágiles la carrera, ni a los valientes la victoria, ni a los sabios el pan, ni a los entendidos la riqueza, ni aun a los cuerdos el éxito, sino que el tiempo y el fracaso salen al encuentro de todos". (*apud* HAYEK, 1988, p. 223).

Tomando a analogia com os jogos como referente parece que ela nos serviria par refletir sobre o que move as pessoas em acordar com as estruturas sociopolíticas de sociedades que, ao menos por vezes, lhes desfavorecem. Talvez não estejamos muito longe de uma explicação plausível se dissermos que nossas sociedades estão compostas por pessoas que são, de uma ou outra forma, seduzidas pelos processos de captação (cooptação?) de apoios para os projetos políticos e econômicos em curso. De nossa parte não cremos que

possamos atribuir-lhes a todos um grande engano e que estejamos nós, de forma oposta a Mill,<sup>16</sup> absolutamente certos em nossos juízos e valores senão que, apenas legitimados a defendê-los e tentar persuadir os demais de nossos próprios pontos de vista. Esta, precisamente, parece ser a visão do democrático Chomsky, segundo quem, a certa altura de seu texto, se refere como não democráticos àqueles que não compartilham seus pontos de vista acerca dos elementos constitutivos da democracia. Não parece isto ser democrático.

## 5 A POLÍTICA INTERNACIONAL E AS FUNÇÕES DE INTELIGÊNCIA

Parte das críticas de Chomsky encontram seu núcleo na política externa norte-americana que, em alguns casos, ao menos, pode ser qualificada de agressiva mesmo nos períodos de domínio político dos democratas. O autor remonta casos clássicos e bastante conhecidos como o do financiamento dos contras na Nicarágua,<sup>17</sup> dentre outros como a fracassada operação da Baía dos Porcos no regime ditatorial castrista cubano. Desde logo, ao retomar a Doutrina Monroe e certos princípios wilsonianos, o autor pretende mostrar uma América à procura da consolidação de princípios democráticos em plena dissonância de sua prática "imperialista" ou, como preferimos aqui, agressiva em certos momentos. Em suma, os EUA não teriam princípios tão elevados como aqueles enunciados em suas doutrinas e discursos de política externa.

A posição de Chomsky é pouco menos que demasiado idealista e irrealista. Chomsky supõe que em um cenário cujos atores são hobbesiano puros será possível comportar-se consoante imperativos categóricos kantianos e, além do mais, sobreviver para perseverar em discursos de corte humanísticos. Em nossa perspectiva recebemos a necessidade de que os discursos em torno a princípios tais como os direitos humanos sejam reitores da política externa dos Estados, assim como outros igualmente nobres. Contudo, as vicissitu-

---

<sup>16</sup> São bastante conhecidos os esforços de Mill (ver MILL, 1991) por entronizar o princípio de que conhecemos nossas dificuldades e nossas preferências bem melhor que qualquer outra pessoa e que, por conseguinte, os processos de manifestação de preferências mais autênticas centram-se na figura do indivíduo antes do que na figura, por exemplo, do Estado.

<sup>17</sup> A Revolução Sandinista ocorreu no ano de 1979, quando os sandinistas levaram a termo uma revolução de cunho popular visando a implementação de reformas sociais que, de certa forma, foram exitosas logo após a derrubada de Anastasio Somoza em 1978, cuja família no então já longínquo ano de 1930. Corria o ano de 1987 quando os chamados "contras" praticamente estavam aglutinados em um só grupo todos os movimentos contra-revolucionários ao movimento dos revolucionários sandinistas na Nicarágua, então no governo. Insatisfeitos com algumas políticas sandinistas, os EUA entram em cena quando o governo Reagan carrega recursos para financiar os "contras", guerrilheiros dispostos a enfrentar o poder sandinista estabelecido na Nicarágua. Isto sim, após a descoberta, o governo dos EUA foi expressamente pelo Congresso Norte-americano de continuar a prática no ano de 1984. A lei foi violada e o financiamento continuou com os "contras" recebendo auxílio financeiro derivado da venda de armas ilegais ao Irã, razão pela qual o escândalo passou a ser conhecido como Irã-contras. Para algumas informações sobre a história recente da Nicarágua ver MARTÍ i PUIG; CLOSE, (2009).

des as quais tem de prestar contas o homem que detém o poder em uma sociedade democrática, sendo ele também um democrata, por certo lhe impedirá - como impediu a quaisquer dos presidentes norte-americanos - de atuar em pura consonância com os seus princípios em mais direta e inexorável resposta à tese weberiana da ética das convicções.

A crítica de Chomsky, bem como de tantos outros, torna-se fácil porque exige do poder um purismo de princípios e de práticas aparentemente alicerçado em uma concepção metafísica-messiânica do poder que não lhe é dado a nenhuma instância política exercer, quer seja ela democrata ou não. Ademais, sequer no nível discursivo é dado apelar ao purismo em matéria política senão apenas em regimes totalitários. Aqueles que apóiam as instituições democráticas haverão de experienciar hodiernamente todo o sabor da indesejável necessidade de transigir e negociar com seus concidadãos, não raro minorias, muito embora não todo e qualquer conteúdo e nem a qualquer preço.

Mas se na política interna os atores são mais e melhor conhecidos bem como as vicissitudes que lhes perpassam as relações, marcando todo um cenário conhecidamente de difícil ambiência, por outro lado, do ponto de vista da política externa os problemas são crescentes. Nos termos da crítica de Chomsky anunciada ao início do parágrafo anterior de que práticas e discursos distanciam-se observamos que no caso norte-americano tal ordem de objeções parece, ao menos em se tratando de intelectuais de porte como Chomsky, estar baseada no intuito de escolher uma abordagem de crítica tão fácil quanto de ligeira compreensão a um auditório bastante amplo, em suma, de galvanizar apoios políticos e, portanto, legitimidade.

Contudo, o núcleo de sua crítica peca por tomar como pressupostos algumas categorias irrealizáveis e, logo, inexigíveis, do responsável político. A rigor, não podemos supor que a política externa global tem lugar em um contexto de predomínio puro de valores nem sequer que um governo pode agir de forma plenamente congruente com o seu discurso em matéria de política externa em desatenção aos reclamos de um sem-fim de demandas políticas e outras estritamente econômicas. Este é um aspecto que nos parece emergente não apenas nas críticas de Chomsky como na apropriação que dele é feita e que termina por expressar críticas ao liberalismo e a sua concepção de Estado que não são precisas em seus termos teóricos.

## 6 O LUCRO OU AS PESSOAS?

Quando Chomsky propõe como título de seu livro "O lucro ou as pessoas" toca em tema que desde minha juventude sempre me resultou bastante caro. Esta proximidade me foi propiciada através de minhas leituras psicanalíticas que me conduziram ao pensamento Erich Fromm e da Escola de Frankfurt mas, em especial, a um livro seu, *Ter ou Ser?* (1987). Creio que o tema proposto por Chomsky era altamente pertinente e que continua gozando de tanta atualidade quando há muitos anos atrás eu mesmo com ele me ocupava. Contudo, o que creio haver de equivocado quando Chomsky trata do assunto é a seara em que o propõe, a saber, como sendo possível debater o tema no mundo dos negócios, na esfera das relações entre organizações transnacionais e, mesmo, no plano estatal. Este me parece seu equívoco.

Chomsky nos traz a afirmação de que vivemos em um mundo onde as estruturas organizacionais compelem os indivíduos a sobrepor o lucro sobre as pessoas. Minha perspectiva é menos determinista acerca do querer humano do que a do autor norte-americano. Creio que a sedução do mercado e de muitas de suas técnicas de venda - e o autor é especialmente incisivo ao tratar das questões relativas ao marketing - se, e é inegável, que tem sua importância, por outro lado, não podemos desmerecer a capacidade dos indivíduos de responder às demandas exógenas. Sendo mesmo certo o que diz um dos inspiradores chomskianos de origem, Karl Marx, e que o mundo realmente se move sobre uma infra-estrutura (base econômica da sociedade) marcada pelo ingente e determinante papel nela desempenhado pelo capital, a determinar os níveis de movimento e os rumos da superestrutura em que tem lugar as categorias do jurídico e do político. Assim, também nos resultaria difícil compreender como Chomsky não aceita, e por isto dirige suas críticas ao homem e à sociedade capitalista, que regem seus interesses sob a bandeira do capital e, em suma, como estes homens também marxistas não deveriam continuar a mover-se com os olhos voltados para o capital ao buscar o lucro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chomsky nos propõe uma abordagem da Guerra Fria bastante claramente delimitadora dos campos de atuação das potências e sublinhando que o Japão ficara sob a área de influência norte-americana. Isto sim, o que o autor a nosso ver não explora devidamente é que as raízes autoritárias da tradição japo-

nessa são matizadas pelos princípios do capitalismo norte-americano mas, desde logo, não se poderia esperar que tal cultura milenar sofresse abalo em suas bases e fosse completamente invertida, de sorte a fazer triunfar o individualismo.

Chomsky ressalta que programas de desenvolvimento econômico do Japão no pós-guerra apresentados pelos EUA neoliberais e foram rechaçados (cf. CHOMSKY, 1994, p. 35), ao que parece por consistir em uma dose de liberalismo superior à capacidade de absorção maior do que permitida pela tradição japonesa. De qualquer sorte, Chomsky afirma que "a rejeição dos preceitos da economia ortodoxa [proposta pelos EUA] foi uma condição do 'milagre japonês'" (CHOMSKY, 1994, p. 35). Seriamente tomando a questão, é possível esta análise ex post facto entender-se como vinculante de um tipo de desenvolvimento que não poderia ter lugar? Podemos, efetivamente, concluir que, de não terem sido feitas as escolhas que foram no Japão, que os japoneses não teriam alcançado o desenvolvimento? Nossa percepção é de que a abordagem de Chomsky está seriamente comprometida por um discurso cuja finalidade é penetrar nas mentes através de argumentos simples e de intuições mas que cientificamente não apresentam fundamentação teórica.

Chomsky nos propõe a ideia de que "o desenvolvimento está condicionado à não-submissão às experiências baseadas em más ideias, mas que eram ótimas para os seus criadores e associados" (CHOMSKY, 1994, p. 33). Neste particular, estou de acordo com o autor na medida em que os interesses podem realmente divergir dentre os elaboradores de ideias e aqueles aos quais se lhes pretende "vendê-las". A noção de desenvolvimento eu a proporia em conexão com a de autonomia, e esta, por seu turno, com a de capacidade para transcender os limites das imposições de qualquer tipo a partir da angulação dos interesses a partir de uma ótica de interesses auto-referenciados. Tomar o desenvolvimento nestes termos de autonomia significaria privilegiar o incremento das condições de auto-promoção individual em detrimento do direcionamento estatal de perspectivas e escolhas privadas.

Nossa posição, portanto, dista daquela defendida por Hayek acerca de uma ordem natural, cujo desdobramento conseqüente é o de opor-se às teorias construtivistas. Para Hayek

[...] Em qualquer grupo de homens suficientemente numeroso, a colaboração se baseará tanto na ordem espontânea quanto na organização intencional. Não há dúvida de que para muitas tarefas limitadas a organização é o método mais poderoso de coordenação eficaz, porque nos permite adaptar muito mais plenamente a ordem resultante aos nossos desejos, enquanto nas ocasiões em que, dada a complexidade das cir-

cunstâncias a serem consideradas, temos de confiar nas forças que propiciam uma ordem espontânea nosso poder sobre o conteúdo específico dessa ordem é necessariamente limitado. (HAYEK, 1985, p. 48).

Em verdade, nesta concepção de ordem natural encontra-se um dos eixos e verdadeiros fios condutores da teoria hayekiana tanto da sociedade como do mercado e da política. Em consonância com este conceito, portanto, o Estado e cada um dos governos tem pouco a fazer em sociedade conquanto a própria moderna sociedade é exemplo palpável de complexidade apenas alcançada por força de não depender de qualquer tipo de prévia organização racional ou seja, porque desenvolveu-se "como uma ordem espontânea". (HAYEK, 1985, p. 52).

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. São Paulo: Campus, 2004.

BUENO, Roberto. **A teoria jurídico-política de Norberto Bobbio**. São Paulo: Mackenzie, 2006.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** neoliberalismo e ordem global. 4. ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **La economia monetarista**. Barcelona: Gedisa, 1992.

\_\_\_\_\_; FRIEDMAN, Rose. **Libertad de elegir**. Madrid: FAES, 2008.

FROMM, Erich. **Ter ou ser?** Belo Horizonte: LTC, 1987.

GOLDHAGEN, Daniel. **Os carrascos de Hitler**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

HAYEK, Friedrich August von. **Derecho, legislación y libertad**. Barcelona: Unión Editorial, 1988. v. 2

\_\_\_\_\_. **Direito, legislação e liberdade: normas e ordem**. Porto Alegre: Visão, 1985. v. 1

\_\_\_\_\_. **Derecho, legislación y libertad**. Barcelona: Unión Editorial, 1982a. v. 3

\_\_\_\_\_. **Los fundamentos de la libertad**. Madrid: Unión Editorial, 1982b.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTÍ I PUIG, Salvador; CLOSE, David. (Orgs.). **Nicaragua y el FSLN [1979-2009]** ¿qué queda de la revolución? Barcelona: Edicions Bellaterra 2000, 2009.

MÉNARGUEZ, Francisco García-Blanch. **Crecimiento económico en Corea del Sur (1961-2000)**. Madrid: Síntesis, 2003.

MILL, John Stuart. **Sobre la libertad**. Madrid: Alianza, 1991.

MISES, Ludwig von. **La acción humana: tratado de economía**. Barcelona: Unión Editorial, 2010.

NOZICK, Robert. **Anarquía, estado y utopía**. México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

PAVÓN, Dalmacio Negro. **Liberalismo y socialismo: la encrucijada intelectual de Stuart Mill**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1976.

POPPER, Karl. **O racionalismo crítico na política**. 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

PRESTON, Paul. **Franco**. Madrid: Debolsillo, 2004.

RODRIGO, Javier. **Cautivos: campos de concentración en la España franquista, 1936-1947**. Barcelona: Crítica, 2005.

ROTHBARD, Murray N. **For a new liberty: the libertarian manifesto**. New York: Baker, 1989.

\_\_\_\_\_. **O essencial de von Mises**. São Paulo: José Olympio, 1988.

SALGADO-ARAUJO, Francisco Franco. **Mis conversaciones privadas con Franco**. Madrid: Planeta, 2005.

THATCHER, Margaret. **Los años de Downing Street**. Madrid: Aguilar, 1993.

TUSSEL, Javier. **Dictadura franquista y democracia, 1939-2004: historia de España**. Barcelona: Crítica, 2005.

---

*Artigo recebido em: Fevereiro/2010*

*Aceito em: Abril/2010*